

Uma reflexão sobre a dinâmica da racionalidade instrumental e substantiva na gestão confessional

**Meire Fava
Doutoranda em Administração – Universidade Positivo**

Introdução

Neste estudo, busca-se pesquisar a gestão de uma organização confessional, que atua no setor educacional brasileiro, como uma empresa privada, de cunho religioso, e que possui como um de seus objetivos, reduzir as necessidades sociais educacionais, não satisfeitas pelo Poder Público. Sendo assim, almeja-se compreender o interesse a organização confessional, inserida em uma sociedade capitalista.

Historiar essa organização e as práticas de gestão, em particular, é uma tentativa de atribuir um sentido na esfera dessa missão, diante da complexidade que é a modernidade, fazendo com que o presente tenha um sentido, afinal suas ações e gestão tem como base a espiritualidade e os ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana, cujo interesse é o bem comum, com postura organizacional firmada na racionalidade substantiva, na qual os valores sobrepõem-se aos fins, desde a sua fundação.

A ingenuidade tem sido o fator fundamental do sucesso prático de uma organização no mundo capitalista (RAMOS, 1989). Vive-se numa sociedade que prioriza os aspectos materiais da existência. Grande parte da população está sob a égide do consumo exagerado, deixando a espiritualidade, que é inerente à natureza humana, de lado. Inevitavelmente, questões teológicas suscitam em organizações empresariais gerenciadas por grupos religiosos, no que diz respeito ao cumprimento de suas metas voltadas para o bem comum.

Os negócios de fé, orientados para o bem comum, vêm aumentando na sociedade brasileira e no mundo, atuando em um espaço baseado na competitividade do mercado (PERCY, 2011), educadores cristãos estão presentes,

desde o início de nossa educação, exercendo influência na evolução dinâmica da educação brasileira. Não se pode falar em educação, entre nós, sem se mencionar o trabalho das ordens religiosas (CNBB, 2005, p. 24).

Por condicionamentos históricos, o esforço dos grupos religiosos tendeu a concentrar-se nas cidades e no atendimento aos grupos urbanos, acomodando-se, muitas vezes, ao estilo de vida burguesa, consequência da mentalidade predominante na forma de vida elitista de boa parte da sociedade brasileira (CNBB, 2005).

No entanto, na prática defronta-se com uma racionalidade utilitária sedutora, que pode desviá-las da razão substantiva em que foram concebidas frente a lucratividade e ao apelo capitalista. O objetivo é investigar a dinâmica dos valores de natureza substantiva e utilitária, enquanto orientadoras da ação gerencial, no discurso da organização confessional, a qual configurou-se de forma pontual, para atender a uma demanda específica, ou seja, a educação brasileira.

Nesse sentido, Tonet sugere que:

Realizar um estudo relacionando racionalidade presente a um modelo de desenvolvimento possível de ser identificado, seria de grande importância, para avaliação da possibilidade de transformação gradual da sociedade, de uma sociedade onde o valor do homem é dado pelo mercado, para uma sociedade onde o valor do mercado é limitado pelas políticas traçadas pela sociedade e de acordo com os objetivos traçados por esta (2004, p. 3).

A presença da organização confessional de educação em estudo tem sido alvo de algumas pesquisas em domínios diferentes do campo da História. Ainda que poucas, elas têm contribuído para a compreensão da atuação da Igreja Católica do Brasil na esfera da educação. A temática da racionalidade e seus reflexos na gestão de organizações confessionais, ou negócios de fé, estão emergindo no meio acadêmico, sendo poucos os estudos existentes.

Isso se acentua no que diz respeito ao interesse em comparar a gestão de organizações de uma mesma ordem confessional, tornando-se importante resgatar valores de natureza substantiva, as quais nos últimos anos podem ou não estar

perdendo espaço para uma lógica de ação racional utilitária. A preocupação com os perigos da riqueza, e do medo da avareza têm provado ser um tema comum em todas as discussões bíblicas de gestão de fortunas.

As mais recentes encíclicas papais ressaltam essa situação, salientando que as escolas católicas não aceitam nem podem aceitar a mercantilização da educação. Seus recursos materiais e financeiros devem ser apenas instrumentos necessários para desenvolver a ação educativa, científica e cultural (CNBB, 2005. p. 79).

Com relação ao tema da pesquisa, especificamente sobre a racionalidade e seus reflexos nas organizações confessionais, criadas sob as bases da racionalidade substantiva para o bem comum, reafirma-se que tal tema ainda está emergindo no meio acadêmico, visto que, no Brasil, pouco se sabe sobre a relação religião e gestão, porém existe um contingente relevante de organizações geridas por grupos religiosos, as quais, na opinião de Murad:

Nascem de uma experiência espiritual explícita e visam difundi-la. Em resposta a necessidades de seu tempo, assume também a gestão das organizações de serviços, nas mais diversas áreas: educação, saúde, cultura, alimentação, assistência social e até entretenimento. A maior delas é cristã, de diferentes confissões genericamente divididos em católicos, reformados e evangélicos) (2007, p. 13).

A grande maioria das organizações educacionais geridas por religiosos desenvolveu precariamente o profissionalismo no seu trabalho. E mesmo que embasados em uma racionalidade substantiva ou utilitária, acabam tendo dificuldades em lidar com resultados (MURAD, 2007), principalmente gerenciamento de sua lucratividade e as aplicações diante do cálculo utilitário de consequências que naturalmente acabam ocorrendo na atividade de qualquer organização privada.

Ao tecer comentários sobre o estudo nas organizações substantivas, Vizeu salienta que:

As organizações substantivas representam um campo de estudo profícuo para os pesquisadores organizacionais brasileiros. Sua fecundidade reside, por um lado, na proliferação desse fenômeno organizacional diante do atual contexto histórico, marcadamente determinado por uma complexa crise social e política pela ideologia neoliberal (2009, p. 410).

Como os aspectos religiosos têm importância fundamental na vida das pessoas, torna-se relevante contribuir para o entendimento da mudança de racionalidade substantiva pela racionalidade utilitária na gestão de organizações confessionais, na perspectiva acadêmica do estudo das organizações, favorecendo a produção de um conhecimento epistemológico adequado à natureza diferenciada das organizações confessionais de educação brasileiras.

DESENVOLVIMENTO

A racionalidade tornou-se um aspecto tão importante nas organizações que diferentes autores a tratam sobre diferentes formas e aspectos (funcional, utilitária, instrumental, substantiva e comunicativa). O foco desse trabalho está na diferença conceitual apresentada por Guerreiro Ramos, entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental nas organizações e nas tensões e contradições ocorridas na dinâmica das mesmas.

A racionalidade instrumental, definida como o tipo centrado exclusivamente no cálculo utilitário de consequências, em relações interpessoais, pode ser caracterizada pelo uso manipulativo dos recursos comunicativos com o intuito de salvaguardar os interesses egoísticos e econômicos, valorizando as questões da rentabilidade, da utilidade e da maximização de recursos (VIZEU, 2004).

A racionalidade substantiva, independentemente da expectativa de sucesso, não está atrelada a ação humana interessada na consecução de um resultado ulterior a ela e as regras do mercado capitalista, pois conduz a gestão na direção do bem comum, por meio de um modelo alternativo de pensamento não centralizado nas regras do mercado competitivo. (RAMOS, 1989)

Guerreiro Ramos, no ano de 1981, publicou o livro intitulado *A nova ciência das organizações*, como sendo uma alternativa viável à razão utilitária que domina as organizações e que, de acordo com Weber, foi a base para o desenvolvimento acelerado da burocracia RAMOS (1989). Seu objetivo foi o de contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros, ao modelo centralizador no mercado. Nesse sentido, Mascarenhas afirma que

De acordo com o autor é necessário que tenhamos um modelo alternativo de pensamento, por que a sociedade centrada no mercado está mostrando agora as suas limitações e a sua influência desconfiguradora na vida humana em geral. A partir deste constatação Guerreiro Ramos procura articular esta forma de pensamento em sua ultima publicação. Nesta, o autor faz uma análise critica ao conceito de razão e maneira pela que o mercado atua como regulador e ordenador da vida humana associada (2008, p. 12).

O homem resiste ao despojamento de sua razão, porém isso é essencial para que viva de acordo com as prescrições do mercado utilitarista. Nesse sentido, Ramos, esclarece que

O ser humano resiste a ser despojado do seu atributo essencial – a razão. No entanto, para viver de acordo com as prescrições da sociedade centrada no mercado, é coagido a reprimir a função normativa da razão no desenho de sua existência social. À sociedade centrada no mercado é inerente a astúcia de induzir o ser humano a internalizar aquela coação como condição normal de sua existência, e esta circunstância é verdadeiramente legitimada pela psicologia motivacional implícita na psicanálise e nas ciências sociais de nossos dias (1989, p. XV).

A síndrome psicológica de uma sociedade centralizada no mercado capitalista pode ser denominada nos dias atuais como Síndrome Comportamentalista, já que a Teoria Organizacional não tem condições de oferecer uma compreensão exata da complexa análise e do desenho dos sistemas sociais, pois tal teoria é desprovida de rigor científico (MASCARENHAS, 2008).

De acordo com Ramos,

A maior parte daquilo que é usualmente denominado teoria da organização é desprovida de rigor científico e é, antes, tautologia disfarçada ou, quando muito, disfarçado pensamento organizacional, pensamento que aceita, por seu valor aparente, os critérios inerentes à organização, e é ele mesmo, subproduto do próprio processo organizacional. Considera como normais e naturais requisitos organizacionais tal como, por acaso, são encontrados sobrepondo-se à conduta humana como um todo. Em contraposição, uma teoria da organização verdadeira e científica tem seus próprios critérios, isto é, critérios que não são, necessariamente idênticos aos da eficiência social e organizacional (1989, p. 50).

Segundo Ramos deve-se fazer a distinção entre comportamento e ação, já que se trata de formas de condutas, lembrando que o comportamento tem sua base firmada na racionalidade utilitária e no cálculo de consequências, conforme afirma:

O comportamento é uma forma de conduta que se baseia na racionalidade ou na estimativa das consequências [...] Em consequência, o comportamento é desprovido de conteúdo ético, de validade geral. É um tipo de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores. Pode ser avaliado como funcional ou efetivo e inclui-se, completamente, num mundo determinado apenas por causas eficientes (1989, p. 51).

A ação é própria de um agente que, ao fazer deliberações, está consciente de suas finalidades. Por reconhecê-las, constitui-se em uma forma de conduta ética, sendo os seres humanos direcionados a praticarem ações, tomada de decisões e escolhas (RAMOS, 1989), devido às causas finais e não apenas às eficientes que influenciam a sociedade, em geral.

Assim sendo, os atos que o indivíduo pratica possuem uma importância secundária. Nesse sentido, Ramos afirma

Se uma pessoa permite que a organização se torne referência primordial de sua existência, perde o contato com sua verdadeira individualidade e, em vez disso, adapta-se a uma realidade fabricada (1989, p. 99).

Para Ramos (1989), a integração do indivíduo e da organização baseiam-se numa compreensão errônea da natureza da pessoa. Somente uma visão delimitativa do plano organizacional poderia contrapor-se à inadequada prática da análise de sistemas.

Os discursos realizados no interior das organizações tornam a comunicação instrumental, pois é planejada com intuito de maximizar a produção de um indivíduo, um recurso que é incentivado a sofrer criativamente em prol da organização.

Como afirma Ramos (1989, p. 108) “a psicologia transforma-se numa tecnologia de persuasão para aumentar a produtividade”. Em contraposição a uma comunicação substantiva, torna-se não tolerável, ficando evidente a total submissão do indivíduo, fazendo com que sua personalidade também sofra modificações em sua vida particular.

Fica enfraquecida a sua capacidade de criar fora das organizações, ele deixa de tecer julgamentos éticos e críticos de natureza pessoal, e como salienta Ramos (1989, p. 112) “o desenvolvimento pessoal e a solidão pessoal são inseparáveis. O desenvolvimento pessoal desdobra-se vindo da psique individual”.

Com suas colocações e críticas, Ramos propõe uma abordagem sistemática da Teoria Organizacional, fundada na racionalidade substantiva, na qual o comportamento administrativo tente a diminuir, desde que se caminhe para um sistema social adequado à atualização humana, afirmando ainda que:

Uma abordagem substantiva da teoria organizacional preocupa-se, sistematicamente, com os meios de eliminação de compulsões desnecessárias agindo sobre as atividades humanas nas organizações econômicas e nos sistemas sociais em geral (1981, p. 135).

O argumento principal de Ramos (1989, p. 120) é de que os “os sistemas sociais cujo desenho evita considerações substantivas deformam caracteristicamente, a linguagem e os conceitos através dos quais a realidade é apreendida”. Por esse motivo é que as organizações devem voltar sua atenção para uma abordagem substantiva, sendo necessário o rompimento das organizações formais, tendo em vista que o mercado não regula o funcionamento do ser humano, o qual deve ser valorizado sob a ótica da racionalidade substantiva.

Serva, por meio de sua tese de Doutorado (1996), deu continuidade aos estudos de Guerreiro Ramos, complementando sua obra, inacabada devido à sua morte, por meio da junção da Teoria da Racionalidade Substantiva nas organizações com a Teoria da Ação Comunicativa de Jurgen Habermas, na qual elaborou um quadro de análise com o intuito de demonstrar a teoria de Ramos na prática administrativa, conceituando e definindo processos organizacionais.

Da mesma forma que Ramos (1989), Serva (1997) acredita que as práticas de gestão não estão atribuindo nenhum valor humano aos indivíduos. Elas possuem caráter ultrapassado baseado em teorias e modelos gerenciais de cunho funcionalistas, são fundamentadas na racionalidade instrumental com base no cálculo, nos fins, na maximização de recursos, no êxito, no desempenho, na rentabilidade e em estratégias interpessoais, com fins de alcançar metas técnicas ou

finalidades ligadas puramente aos interesses econômicos da organização ou de poder social.

Adentrando no conceito de organização, este pode ser dado por diversas tipologias, tratando-as separada e combinadamente, como sistemas racionais, naturais e abertos, e na perspectiva de sistema racional, as organizações são instrumentos desenhados para atingir objetivos específicos (NOGUEIRA, 2000).

Assim, os teóricos do sistema racional entendem as organizações como coletividades deliberadamente estabelecidas e construídas para perseguir objetivos específicos (NOGUEIRA, 2000, p. 10).

Já a perspectiva da organização como sistema aberto é recente, pois as partes da organização são vistas como capazes de ações semi autônomas, cujas fronteiras não são necessariamente precisas. A ação dos atores para a organização ou para o ambiente pode variar de acordo com o aspecto de funcionamento sistêmico que está será considerado (NOGUEIRA, 2000). De acordo com Hall,

As formas mais comuns de tipologia são as designadas como tipologias tradicionais, populares ou baseadas no bom senso. Portanto, as organizações podem ser classificadas como orientadas para o lucro ou sem fins lucrativos.

Essa é, claramente, o tipo de organização que será objeto desta pesquisa, pois ela é de cunho confessional, sendo inserida no Terceiro Setor da economia brasileira. Trata-se de uma associação regulamentada pelo Código Civil Brasileiro, que em seu art. 53, afirma: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (ANGHER, 2004, p. 33). Nas organizações, a interação se faz por meio de uma associação formal, em vez de associação comunitária, como acontece na sociedade (HALL, 2004).

Para Hall, as organizações voluntárias, adicionam complexidade aos aspectos tipológicos e teóricos gerais, sendo que ele utiliza as ideias de Knoke e Prensky (1984, p. 3-4) para conceituá-las:

As associações voluntárias são grupos conhecidos e organizados formalmente, cuja maioria de participantes não depende das atividades das organizações para viver, embora algumas posições (de *staff* ou liderança) possam ser remuneradas. Uma proporção considerável das associações é formada por organizações ou pessoas com interesse econômico, como associações mercantis, sociedade de profissionais e sindicatos trabalhistas, enquanto muitas outras defendem interesses não econômicos, de seus membros.

O entendimento geral é de que a iniciativa de constituir uma associação educacional pode surgir de uma ordem religiosa – caso das escolas confessionais – que se organizam para o exercício de atividade de ensino sem o objetivo de lucro e não possuem uma orientação mercadológica. Nesse sentido, a Igreja Católica Romana tem sido vista como uma das organizações mais complexas e abrangentes que existe no mundo, com milhares de funcionários pagos (HALL, 2004).

A pessoa do associado concentra-se na convicção mantida com as finalidades e os princípios que regem a associação. O interesse pessoal deve ficar para segundo plano, visto que ele não terá nenhum direito à participação nos lucros da organização sem fins lucrativos, pois qualquer sobra de receita deve ser reinvestida na própria atividade (MULLER, 2004).

Nas organizações confessionais, os associados podem ser investidos na função de administradores ou funções de cunho operacional (professores, coordenadores, etc.), sendo que para outros associados, poderá não ser atribuída nenhuma função profissional em suas atividades. As organizações transcendem a vida de seus membros e possuem metas, conforme sugerem suas atividades direcionadas a um propósito (HALL, 2004).

Nas organizações confessionais, com relação aos valores a serem pagos para os que efetivamente vendem sua força de trabalho, ou seja, os leigos e os prestadores de serviços diversos, estes devem ser bem fundamentados, com previsão clara no estatuto da organização, bem como deliberadas em assembleia. Pois do contrário, podem correr o risco de descaracterizar a finalidade não econômica e incorrer em problemas judiciais, perdendo o caráter de filantropia garantido por meio de legislações especiais.

Tais organizações perpassam pelas mesmas transformações e instabilidades do mercado brasileiro, como salienta a CNBB:

Nossa escola está marcada pela rapidez das mudanças como também estão às instituições e as organizações de toda espécie. Estranho seria se a escola católica ficasse à margem de todo movimento contemporâneo e das ideias, através da contestação, procuram modificar a ordem das coisas, definir condições de existência, a fim de “mudar a vida” do homem e das sociedades (CNBB, 1974, p. 10).

Por ser, primeiramente, uma organização educacional ela é questionada como toda instituição escolar, e por ser solidária à sociedade, vê-se contestada como a própria sociedade. “Por ser católica, é também atingida por todo movimento de renovação da igreja, a partir do Vaticano II”. (CNBB, 1976, p. 11).

Nesse sentido, muitos religiosos estão questionando o seu próprio conceito de organização no mundo contemporâneo e que está próximo do conceito racional de organização, o qual de acordo com Nogueira:

São instrumentos desenhados para atingir objetivos específicos. As ações podem ser ordenadas para se realizar, com a máxima eficiência, objetivos predeterminados. Nesse contexto, racionalidade privilegia os meios, a implementação e a seleção destes objetivos. Assim, os teóricos do sistema racional entendem as organizações como coletividades deliberadamente estabelecidas e construídas para perseguir objetivos específicos (2000, p. 10).

Devido ao crescimento e à procura por uma educação mais pautada nos valores éticos e religiosos, as organizações confessionais estão crescendo vertiginosamente. Acredita-se ser necessário entender o seu processo de concepção firmado em uma racionalidade substantiva para o bem comum. De acordo com a CNBB:

Em um mundo que caminha aceleradamente para um novo tipo de civilização, a tarefa educacional tem que passar necessariamente por uma revisão completa, e os religiosos dedicados a esse apostolado devem reconsiderar honestamente sua atuação e posição de serviço à igreja (CNBB, 1974, p. 21).

Também as mudanças do mercado acadêmico, tanto em sua gestão interna quanto no contexto do mercado capitalista regido pela racionalidade utilitária e o cálculo de consequências, podem estar se sobrepondo à sua missão inicial baseada na racionalidade substantiva, como forma de adaptabilidade e sobrevivência da própria organização.

De acordo com João Paulo II, Jesus Cristo é um homem de trabalho e disso decorre o evangelho do trabalho. Dessa forma, o progresso está baseado em uma questão de fé em Deus e no homem, desde que este tenha consciência de que o trabalho lhe foi confiado, sendo assim uma tarefa agradável (PERCY, 2000).

A questão do trabalho ligado à espiritualidade teve início com a *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), seguida por *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931), *Mater et Magistra* de João XXIII (1961), *Pacem in Terris* de João XXIII (1963), *Populorum Progressio* de Paulo VI (1967), já Paulo II publicou a *Laborem Exercem* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987), *Centesimos Annus* (1991) e finalmente *Caritas in Veritate* (2009) do Papa Bento XVI.

Nessas encíclicas a Igreja compila diversos pensamentos sociais da Idade Moderna, os quais foram estrategicamente inseridos no ensinamento segundo o Vaticano por meio da Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, sobre a Igreja no mundo moderno. Elas demonstram um avanço verdadeiramente significativo da doutrina social da Igreja Católica (PERCY, 2011).

Tais encíclicas demonstram claramente que a Igreja tem tido certo apreço pelo trabalho das organizações, pela figura do empreendedor e do gestor, diante das mudanças ocasionadas a partir do século XX, quando ocorreu a queda do muro de Berlim. Este ruiu sob a sua própria opressão e o desejo do espírito humano em busca de sua liberdade não poderia ser negado. Do lado ocidental, encontrava-se o capitalismo, o mercado, as instituições livres, e o efeito sobre o espírito humano foi profundo (PERCY, 2011).

O Papa João Paulo II abordou tais questões em sua encíclica *Centesimus Annus*, na qual expressou sua vontade de que a doutrina social da Igreja deveria ser aplicada em todos os países. Não só o lado Ocidental poderia desfrutar de livre mercado e instituições, pensamento que tinha sido esboçado desde a Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, na qual foi dada importância à iniciativa privada

e, particularmente, ao significado teológico do empresário na vida da sociedade (PERCY, 2011).

Pode-se ainda mencionar que a encíclica papal *Laborem Exercens*, foi também uma encíclica social dedicada ao trabalho, podendo ser a mais original e importante contribuição de João Paulo II para o desenvolvimento do pensamento social na vida da Igreja, concedendo ao trabalho um significado objetivo, um subjetivo e um espiritual. O referido Papa distinguiu as nuances do capitalismo nos negócios e na livre economia de mercado, já que, de acordo com as diversas encíclicas anteriores, o trabalho tem sim uma dimensão teológica, pois a criatura é dada pelo Criador, e com a luz da fé, o trabalho pode ser então entendido como uma vocação de cada homem e mulher atestada pelos textos iniciais de Gênesis e confirmada por Jesus Cristo em seus anos de trabalho ocultos em Nazaré (PERCY, 2011).

De acordo com Murad (2007, p. 13), “entre gestão e espiritualidade ergueu-se uma parede”, já que existem pessoas que desenvolveram habilidades para gestão e que necessitam de valores mais elaborados. Existem, ainda, aqueles que se caracterizam mais fortemente pela identidade humanista e espiritual e buscam profissionalizar-se e adquirir conhecimentos da cultura de resultados, visto que a gestão tem intuito de auxiliar a missão de uma organização, que tem início com os resultados pretendidos e os recursos possuídos para atingi-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões parciais apresentadas neste trabalho restringe-se à análise dos diversos documentos históricos autores pesquisados que abordam o tema em estudo, desta forma a mudança pela qual passa as organizações confessionais ao longo do tempo pode ser entendida em contextos de extensos períodos da história, sendo um fenômeno perceptível e até compreensível.

No entanto, de acordo com Nogueira “apesar das atividades rotineiras das organizações poderem ser percebidas como ocorrendo num tempo sequencial e linear, essa concepção de linearidade do tempo nem sempre auxilia se compreender, as transformações mais abrangentes e extensas” (2000, p. 16).

O problema proposto foi parcialmente respondido, uma vez que uma organização confessional educacional, ao cobrar, mesmo que simbolicamente a sua prestação de serviços educacionais, traduz-se em uma verdadeira empresa privada, já que possui prestadores de serviços, consumidores, taxas diversas a serem pagas e serve à sociedade, por meio da educação, aferindo resultados econômico-financeiros que podem garantir a continuidade e a sobrevivência da organização e de seus membros. No entanto estas, não devem acatar mecanismos do mercado utilitarista que depõem contra os seus princípios cristãos do bem comum.

Como é possível observar até o momento, a lógica ou a natureza da gestão católica, possui diversas áreas, orientada pela razão substantiva, tendo em vista a orientação para o bem comum, a busca pela inclusão dos excluídos na sociedade em que estamos inseridos e a exclusão do lucro pessoal.

Não por menos sabemos que na medida em que as organizações confessionais inseridas num contexto econômico orientada ao lucro e notadamente permeada pela racionalidade instrumental, acabam tendo sua racionalidade substantiva colocada em risco, diante do choque das duas dinâmicas, sendo essa a conclusão parcial deste trabalho, ou seja entender a dinâmica das racionalidades instrumental e substantiva no interior dessas organizações confessionais.

REFERÊNCIAS

- ANGHER, A. J. **Código Civil comparado**. 3. ed. São Paulo: ABDR, 2004.
- CNBB. **Igreja e educação: perspectivas pastorais**. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1974.
- CNBB. **Educação, Igreja e Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.
- HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- LACROIX, A. **Análise da noção de estudo de textos: Platão, Aristóteles, Kant, Heidegger**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MULLER, C. **Guia jurídico do mantenedor educacional**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2004.
- MASCARENHAS, C. W. **Administração e racionalidade: uma contribuição para abordagem substantiva das organizações**. 88 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2008.
- NOGUEIRA, E. E. S. **Identidade organizacional: estudo de caso do sistema aduaneiro brasileiro**. 327 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2000.
- RAMOS, A G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização das riquezas das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SERVA, M. R. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. 633 f. 1996. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.
- _____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.
- TONET. R. S. **Fenômenos, exonomia plural e desenvolvimento local: um**

estudo na feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. 151 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004

VIZEU F. F. **Organizações burocratizadas rumo à razão comunicativa**: o caso de uma instituição psiquiátrica. 182 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

_____. F.F. Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica. **Revista Organizações & Sociedade**. v. 13, n. 36. p. 163-184, jan./mar. 2006.